

O ESSENCIALISMO DESDE KRIPKE

André Leclerc
(Universidade Federal da Paraíba)

Introdução

Quem quer usar a palavra “essencialismo” hoje em dia precisa tomar algumas precauções. Com efeito, um certo essencialismo tem hoje uma péssima fama em alguns círculos intelectuais. Vários fatores contribuem para isso. Ele é regularmente associado a posições reacionárias em filosofia política, em particular pelas feministas que criticam, corretamente, certas tentativas de apontar para uma causa universal, trans-histórica ou necessária da constituição da identidade de gênero ou do patriarca. As expressões “essencialismo biológico” e “essencialismo social” veiculam idéias nefastas e perigosas, pressupondo que as pessoas são como elas são – sem ter o poder de mudar nada ou de escolher de serem diferentes – em virtude dos genes que herdaram ou da classe social a qual pertencem. Este “essencialismo” é assim considerado, hoje, como uma causa (ou um componente) do racismo, do sexismo e da homofobia. Devido à dominância do darwinismo na teoria da evolução, a filosofia das ciências, particularmente a epistemologia da biologia, questiona, não sem razão, o caráter pré-darwiniano do essencialismo para a concepção das espécies naturais nos reinos vegetal e animal. Finalmente, a enorme influência do pensamento de Wittgenstein na sua segunda fase também contribuiu provavelmente para o descrédito da palavra “essencialismo”, particularmente com a idéia de semelhança de família como substituto da idéia de essência ou de elemento comum para agrupar coisas na

mesma classe, e com uma concepção mais “flexível” da identidade. (Ver o exemplo do fio nas *Investigações Filosóficas*, § 67). O anti-essencialismo, hoje, é regularmente associado ao pensamento pós-moderno que tudo “desconstrói” para chegar invariavelmente à mesma conclusão: tudo é construção discursiva e social.

O *essencialismo metafísico* que apresentarei a seguir não expõe seus representantes a acusações de caráter ideológico ou político. Trata-se de uma família de doutrinas que deriva de considerações semânticas acerca da interpretação e da plena inteligibilidade de certas construções lingüísticas que nós usamos constantemente e que, intuitivamente e *prima facie*, são perfeitamente sensatas. O possível é imensamente importante para nós. Ele se enraíza em nossas vidas, em nosso mundo. Quem nunca pensou sinceramente e literalmente: “Ah! Se eu tivesse agido desta forma, o resultado teria sido melhor”, “Eu poderia ter sido o melhor de minha turma”, “Minha mãe poderia ter sido economista” (ou romancista, filósofa, historiadora, etc.), “Se Hitler tivesse morrido jovem, a história recente da Europa teria sido muito diferente”, etc.? Todo mundo, em um momento ou outro, tem pensamentos desta forma, pensamentos ditos “contrafactuais”. Os psicólogos de língua inglesa usam a expressão “*counterfactual thinking*” para designar esta maneira muito comum de pensar, e muitos observaram que certos pacientes se culpam e adoecem porque pensam sem parar em coisas do tipo: “Ah, se eu tivesse feito isso, o acidente não teria acontecido e ela ainda estaria viva”, etc. Só um fatalista convicto não aceitaria a idéia de que *as coisas poderiam ter sido diferentes do que elas são*.

No entanto, parece ter um limite a estas diferenças ou variações possíveis em relação à situação atual ou ao mundo atual e a sua história. Eu, o autor destas linhas, não poderia ter sido, por exemplo, uma cadeira, um número primo ou uma ária de Villa-Lobos. Eu sou *essencialmente* ou *necessariamente* uma pessoa, e também um membro da espécie *homo sapiens*. Eu sou essencialmente o filho de minha mãe e de meu pai (de outro modo, não seria a pessoa que eu sou). Por outro lado, uma propriedade de um objeto é acidental quando existe uma situação possível (contrafactual) na qual o objeto não tem a propriedade em questão. São essas intuições básicas que foram rearticuladas recentemente no contexto da lógica filosófica, particularmente da lógica modal. Basicamente, portanto, o essencialismo é a tese de que as coisas têm certas de suas propriedades essencialmente e outras acidentalmente.

As teses essencialistas apareceram com a distinção de Aristóteles (em vários lugares no *Organon: Categorias, Primeiros e Segundos Analíticos e Tópicos*) entre propriedades *acidentais* e propriedades *essenciais*, e foram aprofundadas na Idade Média, particularmente por Tomás de Aquino (*Summa Contra Gentiles*).¹ Na sua versão contemporânea, o essencialismo metafísico se desenvolveu desde a publicação de *Naming and Necessity* (1972/1980) de Saul Kripke, graças aos trabalhos do próprio Kripke, de Ruth Barcan Marcus, de Dagfinn Føllesdal, de Alvin Plantinga, de Hilary Putnam, Kit Fine, David K. Lewis, David Wiggins, Graeme Forbes, Brian Ellis, e alguns outros. O

¹ Não posso considerar aqui a importante discussão contemporânea sobre as propriedades em geral, se elas são “criaturas da escuridão” como pretende Quine, ou se qualquer predicado bem formado e sensato expressa uma propriedade, para mencionar duas posições extremas. O recurso à noção de propriedade parece inevitável (*pace* Quine), mas quais são as restrições que devemos aceitar para usar a noção com segurança? Ver D.H. Mellor & A. Oliver (orgs.) *Properties*, Oxford (Oxford Readings in Philosophy), 1997.

denominador comum do “novo essencialismo”, como veremos, é que ele recorre ao idioma modal dos *mundos possíveis* e também à idéia de *designador rígido* ou “nome autêntico” como diz Føllesdal.²

A seguir discutirei das noções modais e de sua aceitabilidade, particularmente das modalidades *de re* cuja inteligibilidade foi atacada nas últimas décadas, principalmente por Quine, assim como das distinções entre as propriedades modais *de re* e *de dicto* e entre as propriedades essenciais e acidentais. Apresentarei uma caracterização geral da noção de essência junto com uma breve discussão de alguns problemas gerais ligados à tese essencialista formulada no idioma modal, como o problema dos objetos não existentes, o problema da identidade através dos mundos, sem entrar muito nos problemas relativos à epistemologia da necessidade (como sabemos que existem proposições necessárias ou propriedades essenciais?). Por fim, examinarei algumas variedades de essencialismo (mereológico, de origem, de espécie), sem poder, é claro, entrar em muitos detalhes, pois o objetivo deste capítulo é só introduzir, mas sem simplificar demais, a um debate muito técnico e que ainda está em pleno desenvolvimento. O enfoque será sobre a metafísica das modalidades e não sobre a lógica modal.

1. A Lógica Modal Quantificada e Aplicada. As Modalidades *de re* e *de dicto*

² Para um confronto interessante entre o essencialismo “tradicional” e o “novo” essencialismo, ver Gyula Klima, “Contemporary ‘Essentialism’ Vs. Aristotelian Essentialism”, URL: <http://www.fordham.edu/gsas/phil/klima/ESSENTIALISM.HTM>.

A maioria entre nós, quer conservador quer progressista, aceita como sensatas e verdadeiras frases como:

1. Sócrates poderia ter sido um carpinteiro,
e
2. Sócrates não poderia ter sido um jacaré,

independentemente de qualquer filiação partidária. Podemos facilmente imaginar uma seqüência ou roteiro de situações possíveis levando Sócrates a abraçar a profissão de carpinteiro. Ao aceitar a proposição 2. como verdadeira, muitos dirão que a razão que motiva esta aceitação é que a frase:

3. Sócrates é uma pessoa,

expressa uma proposição considerada, muito naturalmente, como “necessariamente verdadeira”. Isto é, podemos afirmar da proposição que a frase 3. expressa que ela tem a propriedade modal de *ser necessariamente verdadeira*. Dizemos, num caso desses, que a propriedade modal é *de dicto*, predicada da proposição que uma frase expressa, de um *dictum*. Mas poderíamos, alternativamente, afirmar:

4. Sócrates é necessariamente uma pessoa.

Nesta afirmação a modalidade é *de re*. Estamos dizendo *de Sócrates* (e não de uma proposição) que ele tem uma propriedade (*ser uma pessoa*) *essencialmente* ou necessariamente. Note que 4. parece autorizar, por generalização existencial, a inferência para “algo é necessariamente uma

peessoa”. A questão do essencialismo surge justamente com as modalidades *de re* (i. é: formalmente, quando uma variável ligada ou uma constante individual de uma fórmula aparece no escopo de um operador modal, como “ $\Box F(a)$ ” ou “ $\exists x \Box F(x)$ ”, “ \Box ” sendo o operador de necessidade). Portanto, o essencialismo aparece no contexto da semântica da lógica modal *quantificada*, e não no contexto da lógica modal proposicional que considera só as modalidades *de dicto*.³ Isto é: o essencialismo surge quando, além de frases da forma “ $\Box P$ ” e “ $\Diamond P$ ”, (“necessariamente P” e “possivelmente P” respectivamente, onde “P” é qualquer proposição), nós consideramos frases cuja formalização envolve quantificadores, como “ $\Diamond \exists x F(x) \rightarrow \exists x \Diamond F(x)$ ”, (uma versão da famosa Fórmula de Barcan: “se, possivelmente, existe algo que é F, então existe algo que possivelmente é F”), ou “ $\forall x \Box \exists y (y = x)$ ” (a fórmula da Existência Necessária)⁴. Para ser mais preciso, o essencialismo contemporâneo aparece com a lógica modal quantificada e *aplicada*, pois a estrutura abstrata apresentada pela primeira vez por Kripke (1963)⁵ pode ser vista, afinal, como suscetível de várias interpretações. Basicamente uma estrutura de modelo \mathcal{M} é simplesmente uma tripla $\langle G, K, R \rangle$, no qual G é um membro de K e R uma

³ Para uma introdução clássica à lógica modal proposicional e quantificada, ver de G.E. Hugues & M.J. Cresswell, *An Introduction to Modal Logic*, Londres, Methuen, 1968, e dos mesmos autores, *A New Introduction to Modal Logic*, Londres, Routledge, 1996; para a lógica modal proposicional, ver a excelente introdução de Brian Chellas, *Modal Logic: An Introduction*, Cambridge, C.U.P., 1980. Tentarei pressupor só o mínimo de conhecimento da lógica contemporânea.

⁴ Menciono essas duas fórmulas não só a título de exemplo, mas também porque elas são particularmente problemáticas no contexto das discussões metafísicas atuais. A Fórmula de Barcan não é válida num modelo *à la* Kripke com domínios variáveis, a menos que a relação de acessibilidade entre mundos seja uma relação de equivalência. O mesmo vale para a Existência Necessária, pois o domínio de um mundo possível pode ser vazio num modelo *à la* Kripke. Ver também Ruth Barcan Marcus, “Modal Logic”, em Raymond Klibansky (org.), *Contemporary Philosophy: A Survey*. Vol. I, Logic and Foundations of Mathematics, Florence, La nuova Italia, 1968, 87-101. Essas fórmulas são válidas só num modelo “normal” (*standard*) com domínio constante. Voltaremos sobre isso mais na frente.

⁵ S.A. Kripke, “Semantical Considerations on Modal Logic”, *Acta Philosophica Fennica* 16, 83-94.

relação reflexiva. Para ter um modelo, devemos acrescentar Ψ , uma função sobre mundos possíveis fixando o domínio de cada mundo (os objetos existindo nele), e V , uma função de avaliação semântica que associa às expressões de uma linguagem modal (uma linguagem que contém operadores de necessidade e possibilidade) elementos dos domínios dos mundos possíveis. Assim, em M_0 , o mundo atual em nosso modelo, V associa ao predicado “ x é um filósofo grego” um conjunto que contém, entre outros, Sócrates (isto é: $V_{M_0}(x \text{ é filósofo grego}) = \{\text{Sócrates, Platão, Aristóteles, ...}\}$). Em outros mundos possíveis, numa outra história possível do mundo, Sócrates é carpinteiro, o que modifica a extensão do predicado naquele mundo (ela não contém mais Sócrates).

Como Plantinga observa, a tripla mencionada acima é suscetível de várias interpretações.⁶ K poderia ser, por exemplo, o conjunto das cidades, G sendo a maior de todas. Quando os filósofos usam uma tal estrutura para interpretar os enunciados modais “ $\Box P$ ” e “ $\Diamond P$ ”, eles fazem uma *aplicação particular* daquela estrutura abstrata, K sendo um conjunto (não vazio) de mundos possíveis, e G o mundo atual, R sendo uma *relação de acessibilidade* entre mundos (que, no mínimo é reflexiva, mas pode ser também simétrica e transitiva dependendo dos sistemas de lógica modal). Simplificando, nesta interpretação, “ $\Box P$ ” é verdadeira (no mundo atual) se, e somente se, P é verdadeira em *todos os mundos possíveis*, e “ $\Diamond P$ ” é verdadeira (no mundo atual) se, e somente se, P é verdadeira em *pelo menos um mundo possível*. Uma proposição é impossível quando for falsa em todos os mundos possíveis,

⁶ Alvin Plantinga, *The Nature of Necessity*, Oxford, Clarendon Press, 1974/1982, p. 248.

e contingente se ela não é necessária, nem impossível.⁷ Na abordagem dos mundos possíveis, como pode ser visto, os operadores de necessidade e de possibilidade são construídos como *quantificadores sobre mundos possíveis*. E como veremos, no novo essencialismo, a definição das propriedades essenciais e acidentais envolve uma quantificação sobre mundos possíveis. (A idéia intuitiva de mundo possível será explicada em breve; uma definição mais precisa será apresentada mais na frente).

Como já foi dito, o essencialismo metafísico é basicamente a doutrina que defende que *as coisas têm propriedades essenciais*; certas propriedades, portanto, são essenciais às coisas enquanto outras são *acidentais*. Intuitivamente, uma propriedade é essencial se uma coisa *não pode deixar de possuí-la sem deixar de ser o que ela é*, ou se a propriedade em questão “inere” necessariamente à coisa, em quaisquer circunstâncias contrafactuais ou mundos possíveis. Uma outra condição mencionada pelos essencialistas é que para ser interessante e importante uma propriedade essencial *não deve ser possuída por todos os objetos* (o que torna a auto-identidade e a existência propriedades essenciais *triviais*). Noutras palavras, P é uma propriedade essencial de x se e somente se, necessariamente, se x existe, então x tem a propriedade em questão (o que podemos representar assim: $\Box(x \text{ existe} \rightarrow Px)$; “necessariamente, se x existe, então x tem P”⁸). Uma propriedade é acidental quando uma coisa *pode deixar de tê-la sem deixar de ser o que ela é*; noutras palavras, quando existe uma “maneira como as coisas poderiam ter sido”, um

⁷ Os operadores de necessidade e possibilidade são “duais”. Tomando a possibilidade como primitiva, podemos definir $\Box P = \text{def. } \neg \Diamond \neg P$. Inversamente: $\Diamond P = \text{def. } \neg \Box \neg P$. Basta um desses operadores e a negação para definir todas as outras modalidades “aléticas” (i. é: necessidade, possibilidade, impossibilidade e contingência).

⁸ Ver James van Cleve, “Essence/Accident”, em J. Kim & E. Sosa (orgs.) *A Companion to Metaphysics*, Oxford, Blackwell, 1995, p. 137.

“estado de coisas” ou “mundo possível” de acordo com o qual a coisa não tem a propriedade em questão mas permanece a mesma (i.é: P é uma propriedade accidental de x se e somente se $\Diamond(x \text{ existe} \rightarrow \neg Px)$). Ter cabelo comprido ou ser o autor de *Naming and Necessity*, não são propriedades essenciais (a menos que elas sejam *indexadas a um mundo*, como veremos mais na frente). John Lennon de cabelo curto é o mesmo que John Lennon de cabelo comprido. Esta propriedade não serve para *individuar* com segurança John Lennon. A essência individual de uma coisa é um conjunto de propriedades essenciais desta coisa e que nenhuma outra coisa tem. Portanto, as propriedades essenciais, e as “essências” de modo geral, têm a ver com a *identidade* das coisas (o que é bem diferente da identificação ou re-identificação das coisas, que é outro problema de caráter epistêmico). “Saul Kripke é Saul Kripke” é uma frase de identidade trivial e necessariamente verdadeira, enquanto “Saul Kripke é o autor de *Naming and Necessity*” é uma verdade histórica e contingente. Podemos pensar num roteiro de situações possíveis, diferente da história atual do mundo, no qual, digamos, Ruth Barcan Marcus escreveu *Naming and Necessity*, mas em nenhum tal roteiro de situações possíveis, Saul Kripke deixa de ser Saul Kripke, pois o nome próprio “Saul Kripke” é um *designador rígido* que denota o mesmo indivíduo em todas as situações possíveis ou contrafactuais (em oposição a uma descrição definida com “o autor de *Naming and Necessity*” que pode designar diferentes indivíduos em diferentes situações possíveis).

2. Os Mundos Possíveis. A Distinção entre as Propriedades Acidentais e as Propriedades Essenciais

É difícil caracterizar adequadamente a idéia de uma propriedade accidental. Tentativas aparentemente promissoras se revelam decepcionantes⁹. Vamos primeiro definir um mundo possível ou um *estado de coisas máximo*. Um estado de coisas é o “correlato ontológico” de uma frase declarativa descrevendo uma situação possível. Uma frase declarativa é verdadeira porque expressa uma proposição à qual corresponde um fato. Usando categorias ontológicas popularizadas por Wittgenstein no *Tractatus logico-philosophicus* (1921/22), podemos dizer que fatos são a existência de estados de coisas. Certos estados de coisas são atuais (fatos), outros não. Um estado de coisas é como um fato *menos a atualidade*. A proposição de que Rio Grande do Sul é um Estado independente da Federação Brasileira corresponde um estado de coisas não atual. Seguindo Plantinga, podemos chamar o conjunto de todas as proposições verdadeiras num mundo de *livro* deste mundo, e o conjunto de todos os fatos é justamente o *mundo* correspondente deste livro. A cada mundo corresponde um livro, isto é, o conjunto das proposições que seriam verdadeiras neste mundo *se este for o mundo atual*. Existe somente um mundo atual (a totalidade dos fatos), mas, para usar de novo a célebre frase de David Lewis, “há várias maneiras como as coisas poderiam ter sido”¹⁰. O mundo atual, é claro, é um dos mundos possíveis, mas existe uma infinidade de mundos possíveis constituídos por estados de coisas que seriam fatos se estes mundos fossem atuais. Mas existe um e só um mundo atual.

⁹ Ver Graeme Forbes, “Essencialism”, em B. Hale e C. Wright (orgs.) *A Companion to the Philosophy of Language*, Oxford, Blackwell, 1997, p. 516.

¹⁰ Ver David Lewis, “Possible Worlds”, em M. Loux (org.), *Metaphysics. Contemporary Readings*, Londres, Routledge, 2001, p. 160. Extraído de *Counterfactuals* (1973) de Lewis, Cambridge (MA), Harvard University Press.

Um estado de coisas *E inclui* um outro estado de coisas *E'* quando não é possível que o primeiro seja o caso (ou seja atual) sem que o outro também o seja. O estado de coisas correspondente à proposição de que Rio Grande do Sul é um Estado independente da Federação Brasileira inclui o estado de coisas correspondente à proposição de que os Gaúchos não são cidadãos do Brasil, que eles não pagam impostos no Brasil, etc. Por outro lado *E exclui E'* quando não é possível que o segundo seja o caso se o primeiro for atual. Assim, o estado de coisas correspondente à proposição de que Rio Grande do Sul não é um Estado da Federação Brasileira exclui que os Gaúchos sejam cidadãos brasileiros, etc. Um estado de coisas *E é completo* ou *máximo* se, e somente se, para qualquer estado de coisas *E'*, *E inclui E'* ou *E exclui E'*. Podemos agora definir um mundo possível com precisão e simplicidade: *um mundo possível é um estado de coisas máximo*.¹¹ Existem outras concepções dos mundos possíveis, como a concepção realista de David Lewis ou a concepção mais “lingüística” *à la* Carnap (“descrição de estado”) ou *à la* Hintikka (novela ou história completa do mundo), ou ainda a concepção de mundo possível como propriedade que o mundo poderia ter tido de Stalnaker.¹² No entanto, a concepção de Plantinga aqui apresentada representa, ao nosso ver, a mais importante tendência.

Num modelo *à la* Kripke para a lógica modal quantificada, a cada mundo possível corresponde o conjunto de indivíduos (contingentes) que

¹¹ Esta definição se encontra em Plantinga (1974), 44-45. A idéia de um conjunto maximamente consistente se encontra na lógica elementar: um conjunto de fórmulas é maximamente consistente se não é possível lhe acrescentar qualquer fórmula sem torná-lo inconsistente, pois ele contém, para qualquer fórmula ou proposição *P*, ou *P* ela mesma, ou a negação de *P*. O livro de um mundo é um tal conjunto maximamente consistente de proposições. Esta definição lembra a de “*state-description*” dada por Carnap em *Meaning and Necessity* (1947/56), Chicago, University of Chicago Press, p. 9.

¹² Ver, por exemplo, R. Stalnaker, *Context and Content*, Oxford, O.U.P., p.2-3.

existem naquele mundo.¹³ Se \mathbf{M}_0 é o mundo atual, então a expressão “ $\Psi(\mathbf{M}_0)$ ” denota a totalidade dos indivíduos existindo em \mathbf{M}_0 , isto é, o *Domínio* de \mathbf{M}_0 . Indivíduos existindo no espaço e no tempo, como as pessoas e os corpos materiais que nos cercam, não têm uma existência necessária. Portanto, em certos mundos, eles não existem. Noutras palavras, a denotação de “ $\Psi(\mathbf{M}_i)$ ” por um \mathbf{M}_i qualquer pode variar consideravelmente de um mundo possível para o outro (Ψ sendo uma função que associa a cada mundo seu domínio de objetos: $\Psi(\mathbf{M}_i) = \mathbf{D}_i$). É importante notar que na interpretação de Kripke (1963) o domínio de um mundo possível pode ser vazio.

É possível encontrar um \mathbf{M}^* particular distinto de \mathbf{M}_0 contendo um objeto que não existe em \mathbf{M}_0 ? A concepção tradicional dos mundos possíveis parece autorizar esta possibilidade. Certamente, para Leibniz, existe, no entendimento divino, uma infinidade de *possibilia* que Deus não realizou.¹⁴ Para David Lewis, por exemplo, o mundo atual é só uma parte da realidade com a qual nós nos relacionamos espacial e temporalmente. Na perspectiva possibilista, quantificar sobre mundos possíveis significa aceitar a existência destes mundos, o que parece levar a aceitação da existência de coisas que não existem.¹⁵ Assim, podemos pensar, como *possibile*, numa espécie de

¹³ Sobre a distinção entre domínio constante e domínio variável, ver Gerhard Schurz, “Alethic Modal Logic and Semantics”, em D. Jacquette (org.), *A Companion to Philosophical Logic*, Oxford, Blackwell, 2002, p. 468 *et passim*. Ver também Hugues & Cresswell (1968), 170-171, e 178-179. A idéia de domínio constante, em Carnap (1947/1956) particularmente, toma sua inspiração no *Tractatus* de Wittgenstein onde os “objetos” permanecem os mesmos e constituem assim a “substância do mundo”. Só mudam as propriedades dos objetos e as relações entre eles de um estado do mundo para outro. Uma vez dados os objetos, *ipso facto* são dadas as possibilidades de combinações entre eles, e assim, da mesma forma, todos os estados possíveis do mundo são dados.

¹⁴ G.W. Leibniz, *Essais de Théodicée* (1710), Paris, Garnier-Flammarion, 1969. Em particular p. 426: “La *possibilité* même des choses, quand elles n’existent pas en acte, a le fondement de sa réalité dans l’existence divine; car si Dieu n’existait pas, rien ne serait possible, et les possibles sont de toute éternité dans les idées de l’entendement divin.”

¹⁵ Para esta formulação do problema, ver de Robert Stalnaker, “Modalities and Possible Worlds”, em Kim & Sosa, *op.cit.*, p. 334.

alienígenas totalmente distinta de todas as formas de vida existindo atualmente no universo.¹⁶ Afirmar: “Poderia ter existido alienígenas” (em símbolos: $\diamond\exists x A(x)$), num modelo normal, parece levar a afirmar: “Existe algo que poderia ter sido um alienígena” (isto é: $\exists x\diamond A(x)$) em virtude da Fórmula de Barcan. No entanto, se a primeira afirmação é aceitável, a segunda certamente é problemática (há um objeto que poderia ter sido um alienígena? Qual? Por que este e não aquele?). Aqui temos a oposição dos atualistas e dos possibilistas, e os primeiros vão evitar, é claro, os modelos normais com domínios constantes que validam a Fórmula de Barcan e a existência necessária. Mesmo assim, o problema pode reaparecer. Se construirmos a união (conjuntista) dos domínios dos mundos possíveis, isto é $U = \cup_{m \in M} D_m$, será que iríamos encontrar nela *objetos não existentes* ou *simples possibilia*? A tese possibilista pode, então, ser assim formulada em símbolos: $\Psi(M_0) \neq U$. Para os atualistas, todo o que existe é atual (portanto: $\Psi(M_0) = U$). É uma grande questão, neste contexto, a de saber qual o domínio percorrido pelas variáveis ligadas pelos quantificadores da linguagem da lógica modal quantificada (será todos os indivíduos de um domínio fixo, ou todos os indivíduos dos domínios da união U , ou somente o domínio de um mundo possível particular de cada vez – ou qualquer subconjunto de D_0 , incluindo \emptyset – como na interpretação de Kripke ou de Hugues & Cresswell, ou ainda essências individuais como Plantinga sugere¹⁷, ou mudar radicalmente a interpretação dos quantificadores para uma interpretação “substitucional”, como sugeriu Barcan Marcus?).

¹⁶ Este exemplo é de Christopher Menzel, em “Actualism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edição primavera 2003, organizada por Edward N. Zalta, URL= <http://plato.stanford.edu/archives/spr2003/entries/actualism/>.

¹⁷ Ver A. Plantinga, “Actualism and Possible Worlds”, *Theoria*, 42 (1976) 139-160; também em M. Loux (org.), *Metaphysics. Contemporary Readings*, op. cit.

É importante não perder de vista, nesta discussão toda, que um mundo possível, pelo menos entre as pessoas mais sóbrias na profissão (*pace* David K. Lewis), não é um lugar como um planeta distante que poderíamos observar com um telescópio gigante (um “Júlio-Vernoscópio”, para mencionar a expressão criada, com certa ironia, por David Kaplan). É simplesmente um conjunto de situações possíveis (contrafactuais) que invocamos e estipulamos para avaliar semanticamente certas construções lingüísticas em uso entre nós. Os possíveis, os estados de coisas e mundos possíveis, na medida em que podemos lhes atribuir uma existência, *não existem de forma independente de nossa mente*, como os objetos atuais e seus atributos. Esta hipótese, na discussão sobre o essencialismo, mereceria, ao meu ver, um aprofundamento. Estou ciente, no entanto, que esta posição pode nos obrigar a introduzir distinções delicadas e novas interpretações para o quantificador existencial ou o predicado de existência.

Podemos agora introduzir a distinção entre as propriedades acidentais e essenciais. O melhor caminho é definir primeiro as propriedades acidentais:

Def. 1) *P* é uma propriedade acidental de *x* =_{def.} 1) *x* possui de fato *P*; mas 2) existe pelo menos um mundo possível no qual *x* não tem *P*.

Uma outra possibilidade é:

Def. 2) *P* é uma propriedade acidental de *x* =_{def.} 1) *x* possui de fato *P*; mas 2) existe pelo menos um mundo possível no qual *x* existe e não tem *P*.¹⁸

¹⁸ Para essas duas definições e os problemas que elas levantam, ver Graeme Forbes, “Essentialism”, *op. cit.*, 515-516.

Podemos agora definir a noção de propriedade essencial, pressupondo que a distinção accidental-essencial é exclusiva :

Def. 3) *P é uma propriedade essencial de x =_{def.} 1) x possui de fato P; e 2) P não é uma propriedade accidental de x.*

O que significa que não existe nenhum mundo possível no qual *x* deixa de instanciar ou possuir *P*, ou, alternativamente e mais precisamente, que *x* instancia *P* em todos os mundos possíveis (combinando **Def. 1)** e **Def. 3)**), ou pelos menos naqueles em que *x* existe (combinando **Def.2)** e **Def. 3)**).

Essas três primeiras definições apresentam problemas. Certos objetos, como os números, as propriedades, relações e proposições, não têm uma existência contingente, à diferença dos objetos espaço-temporais. Considerando **Def. 1)**, se *x* é um objeto contingente, então deveria, pelo menos a princípio, existir alguns mundos possíveis em que *x* não pertence ao domínio de Ψ (\mathbf{M}_i) por um \mathbf{M}_i qualquer. Mas se *x* não existe num determinado \mathbf{M}^* , ele não tem, em \mathbf{M}^* , nenhuma propriedade, essencial ou não, mostrando que as propriedades essenciais que *x* tem em outros mundos possíveis, afinal, não eram essenciais. Os filósofos medievais costumavam dizer que “o nada não tem propriedade”. É pouco plausível a idéia de que um objeto possa ter propriedades num mundo no qual ele não existe. *A posse de uma propriedade por um objeto pressupõe a existência deste*¹⁹, mas a combinação de **Def. 1)** e **Def. 3)** não deixa isso claro. Isto é: a idéia de que *x* tem *P* essencialmente se, e somente se, *x* tem *P* em todos os mundos possíveis

¹⁹ Essa tese foi chamada de “atualismo sério” (*serious actualism*); sobre isso, ver C. Menzel, *op. cit.*

é certamente incorreta para qualquer objeto provido de uma existência contingente. **Def. 1)** foi formulada no espírito da pressuposição do domínio constante (ver as notas 4, 13 e 20). Chegaríamos assim à conclusão de que somente objetos providos de uma existência necessária têm a distinção de ter propriedades essenciais.²⁰

Por outro lado, uma combinação de **Def. 2)** e **Def. 3)** gera o seguinte problema: como não há nenhum mundo possível no qual x existe e não tem a propriedade de existência, **Def. 2)** acaba fazendo da existência uma propriedade essencial de um caráter bastante trivial.²¹ Mas, de acordo com **Def. 2)**, quando um objeto existe num certo mundo, ele existe necessariamente nele, seja ele um carro ou uma pessoa, entidades que existem, a princípio, de modo contingente. Esta conseqüência parece absurda. Todo o que existe tem a existência *essencialmente*, mas só certas entidades (números, proposições, propriedades e relações para os platonistas, e Deus talvez) têm a existência *necessariamente*. Se, por definição, uma propriedade é essencial se um objeto a possui em todos os mundos possíveis nos quais ele existe, e se isso significa que ele possui a propriedade em questão necessariamente, temos um problema. Devemos, portanto, ter em mente a distinção entre ter a existência

²⁰ Ver G. Schurz, *op. cit.*, p. 468: “The constant domain assumption implies that whatever exists in the actual world exists necessarily, that is in all possible worlds”. “[...] This idealization is inadequate when worlds are interpreted as possible states of the real world, because individuals do not have ‘eternal’ life. So there is a need to develop a semantics with varying domains.” Só com a suposição do domínio constante valem a

Fórmula da Existência Necessária: “ $\forall x \Box \exists y (y = x)$ ” ou a Fórmula de Barcan. Concordo com Schurz que isso faz pouco sentido se os mundos possíveis são concebidos como *estados possíveis do mundo atual*.

²¹ Sobre a questão de saber se a existência é ou não uma propriedade de primeira ordem, muitos voltaram atrás recentemente para adotar uma postura afirmativa, ao contrário da posição de Russell que foi dominante durante décadas. Sobre isso ver Plantinga (1974/82), e também Colin McGinn, *Logical Properties*, Oxford, Clarendon Press, 2000, cap. 4. Existir, aqui, é o mesmo que pertencer ao domínio de um mundo possível. Sobre isso, ver o excelente artigo “Existence” de S.G Williams, em Kim & Sosa (orgs.), *op. cit.* É importante não esquecer que um essencialista não consideraria a auto-identidade e a existência como propriedades essenciais muito interessantes, pois elas são totalmente triviais por serem possuídas por todos os objetos. Por isso elas representam um caso limite entre as propriedades essenciais.

necessariamente e a existência como propriedade essencial e *trivial* de todo o que existe. Temos uma situação similar na lógica dos demonstrativos elaborada por D. Kaplan. Descartes já percebeu claramente que “Eu existo” expressa uma proposição verdadeira cada vez que alguém a pronuncia ou concebe, portanto, uma proposição verdadeira em todos os contextos de uso. Mas ninguém existe necessariamente. Portanto, “ \Box (eu existo)” não segue de “Eu existo” pela regra de necessitação²². Por isso, a frase “Eu estou aqui agora” é analítica na lógica dos demonstrativos (verdadeira em virtude de seu significado ou verdadeira em todos os contextos de enunciação) mas não expressa uma proposição necessária.²³ Temos que separar analiticidade e necessidade. Assim, nem **Def. 1)** nem **Def. 2)** apresentam a distinção com toda a clareza desejada. **Def. 3)**, claro está, herda os defeitos das duas primeiras definições. Por isso, mais recentemente, Plantinga (e van Cleve como vimos) propõem umas alternativas à **Def. 3)** mas que finalmente equivalem à combinação de **Def. 2)** e **Def. 3)**²⁴.

Uma outra definição importante que deve ser introduzida agora é a de *essência individual*:

Def. 4) *E* é a essência individual de *x* =_{def.} 1) *E* é um conjunto de propriedades tal que cada membro de *E* é uma propriedade essencial de *x*; e 2) não é possível para qualquer objeto *y* (para *y* ≠ *x*) de possuir todas as propriedades contidas em *E*.

²² A regra de necessitação ou regra de Gödel diz que se *P* é um teorema, então $\Box P$ vale.

²³ Ver D. Kaplan, “On the Logic of Demonstratives” (1979), *Journal of Philosophical Logic* 8, 81-98; também em N. Salmon & S. Soames (orgs.), *Propositions and Attitudes*, Oxford, O.U.P., 1988, em particular pp. 69-70.

²⁴ Ver A. Plantinga, “Essence and Essentialism”, em Kim & Sosa (orgs.), *op. cit.*, p. 138. “*P* é uma propriedade essencial de *x* se e somente se *x* tem *P* em todos os mundos possíveis nos quais *x* existe”.

O problema desta definição é o artigo definido “a” em “a essência individual”, pois não vemos como garantir que haja um e só um conjunto de tais propriedades. Assim, na tradição de Aristóteles e Aquino, e mais tarde, particularmente com Locke e sua noção de “essência real”, quando falamos de “essência” referimos normalmente a propriedades que determinam a “natureza” de um objeto, o “fundo”, por assim dizer, que determina se este objeto pode possuir ou não várias outras propriedades. O fato de Sócrates ser essencialmente uma pessoa explica que ele possa ser um falante, um marido, que ele tenha sido um soldado e cidadão de Atenas, etc., pois números, pedras e jacarés não têm essas propriedades. O número 5, devido a sua natureza de número, tem a propriedade de ser primo essencialmente. Mas certas propriedades, como as propriedades indexadas a um mundo particular, são essenciais também; porém, certamente, não fornecem nenhuma informação interessante sobre a natureza de um objeto. Assim, a propriedade de *ter os cabelos compridos em 1968 no mundo M_0* é uma propriedade essencial de John Lennon indexada ao mundo atual; ela é essencial pois ele a possui em todos os mundos possíveis nos quais ele existe. Se Lennon existe no mundo M^* , então nele Lennon tem a propriedade (relacional) de *ter os cabelos compridos em 1968 no mundo M_0* . Mas John Lennon tem muitas outras propriedades deste tipo, e qualquer subconjunto deste conjunto de propriedades é um candidato ao título de essência individual de John Lennon. Portanto, não haveria um único conjunto de propriedades satisfazendo à **Def. 4)**. Por isso devemos exigir que um tal conjunto de propriedades indexadas seja completo e consistente. Numa concepção como a de Leibniz (e hoje a de David Lewis), todas as propriedades são, afinal, propriedades essenciais (uma

concepção que pode ser chamada de *pan-essencialismo*). Leibniz, em particular, acreditava que a *noção completa de um indivíduo* envolve *todas* as suas propriedades (propriedades que ele instanciou no passado, que ele possui no presente, e terá no futuro, incluindo todas as suas propriedades relacionais e extrínsecas). Assim sendo, uma simples aplicação da *indiscernabilidade dos idênticos* mostra que o mesmo indivíduo não pode existir em mais de um mundo possível. Se quantificarmos sem restrição sobre todas as propriedades, incluindo propriedades relacionais e extrínsecas, o mesmo indivíduo não poderia existir em dois mundos possíveis distintos e permanecer o mesmo.²⁵ Mas aqui podemos perguntar: se for assim, como um indivíduo poderia ser considerado o mesmo e ser identificado como tal em vários mundos possíveis? Aqueles que acreditam na identidade através dos mundos, como Kripke, respondem simplesmente que certos termos (nomeadamente os nomes próprios, os demonstrativos, os indexicais e os termos designando espécies naturais) funcionam semanticamente como *designadores rígidos* que referem *diretamente* ao mesmo objeto (ou a mesma espécie) não importa a situação contrafactual.²⁶ A questão da identificação efetiva (como iríamos reconhecer John Lennon em outros mundos possíveis? Como poderíamos saber que ele não é um jacaré em \mathbf{M}^* ?) é de caráter epistêmico, não semântico, e faz pouco sentido — e no limite é simplesmente mal concebida — se os mundos possíveis são concebidos, não como lugares distintos do mundo atual, mas sim como estados possíveis dele. Afinal, até no mundo atual, poucos conseguiriam reconhecer Osama Bin Laden sem sua barba, e quem poderia reconhecer

²⁵ Em símbolos, a indiscernabilidade dos idênticos é o seguinte princípio: $\forall x \forall y \forall P[(x = y) \rightarrow (Px \leftrightarrow Py)]$. Se a quantificação de segunda ordem “ $\forall P$ ” não envolve nenhuma restrição, e se “existir no mundo M_0 ” expressa uma propriedade distinta da expressa pelo predicado “existir no mundo M_1 ”, então o mesmo indivíduo não pode instanciar essas duas propriedades.

²⁶ Sobre isso, ver “Identity and Necessity” de Kripke, em M. K. Munitz (org.), *Identity and Individuation*, New York University Press, 1971; também em M. Loux (org.) *Metaphysics. Contemporary Readings, op. cit.*, 218-247. E também, é claro, *Naming and Necessity*, particularmente a segunda conferência.

George W. Bush olhando para a fotografia de um lindo bebê? Quando digo que Sócrates poderia ter sido um carpinteiro (usando o nome próprio “Sócrates”, um designador rígido), *eu estipulo* uma situação contrafactual na qual Sócrates é carpinteiro; *eu sei*, portanto, que se trata do mesmo Sócrates que casou com Xantipa, teve três filhos com ela, serviu como soldado na guerra do Peloponeso, foi o mestre de Platão, bebeu cicuta, etc.

Plantinga propõe a seguinte definição de *uma* essência individual e deixa claro que um indivíduo pode ter mais de uma:

Def. 5) Uma propriedade *E* é uma *essência individual de x* se e somente se 1) *E* é uma propriedade essencial de *x* e 2) necessariamente, para qualquer indivíduo *y*, *y* possui *E* se e somente se $y = x$.

A segunda cláusula é uma cláusula de unicidade *à la* Russell, uma maneira de garantir que não mais do que um indivíduo possui *E*. Um caso claro deste tipo de propriedades é o que Duns Scotus chamava de “ecceidades” (*haecceitas*), propriedades como a “socrateidade”, *ser Sócrates*, ou *ser idêntico a Sócrates*. Fica óbvio que um e só um indivíduo pode instanciar uma tal propriedade e que só Sócrates instancia esta propriedade em todos os mundos nos quais ele existe; além do mais, necessariamente, nenhum outro objeto pode instanciar esta propriedade. Mas aqui a própria idéia de propriedade (algo, a princípio, que pode ser atribuído a várias coisas) parece encontrar um caso limite; e sobretudo se as propriedades existem necessariamente, como Plantinga pressupõe junto com os platonistas em geral, o caso das ecceidades é problemático, pois uma propriedade como *ser idêntico a Sócrates* parece pressupor a existência de Sócrates que certamente não teve vida eterna. Há uma certa convergência, pelo menos nas obras de Plantinga e Kit Fine, quanto

à noção de essência individual: ambos a concebem como algo conceitualmente rico, que a definição de uma coisa deve apresentar, e da qual as outras essências (propriedades essenciais) derivam naturalmente. É interessante notar que Fine considera com atenção a noção de essência real de Locke como uma fonte histórica, e Hilary Kornblith, ao mesmo tempo, consagra um capítulo inteiro as concepções de Locke sobre as espécies naturais e as essenciais reais.²⁷

3. Quine e a Inteligibilidade do Idioma modal

As dificuldades encontradas até agora podem fortalecer a suspeita racional de que o idioma modal, no qual o “novo essencialismo” é formulado, carece de inteligibilidade. Os filósofos profissionais, particularmente os céticos, sabem que qualquer texto filosófico ou mesmo científico, por mais claro, rigoroso e preciso que seja, é suscetível de ceder sob uma pressão crítica suficiente. É só criticar com insistência e questionar com boa vontade, aqui ou ali, e os problemas, as ambigüidades e imprecisões começam a aparecer. O que parecia claro, preciso e rigoroso começa a aparecer vago, indeterminado, aberto. O mais importante é que quando isso acontece, os filósofos e cientistas envolvidos, *raramente*, vêm nesta situação, na verdade bastante comum, um motivo de abandonar a teoria exposta no texto em questão, *a menos que haja uma alternativa já disponível e mais interessante*.²⁸

²⁷ Ver H. Kornblith, *Inductive Inference and Its Natural Ground*, Cambridge (MA), MIT Press, 1995, chap.2, e Kit Fine, “The Concept of Essence” em J.E. Tomberlin (org.), *Philosophical Perspectives*, Vol. 8, Atascadero, Ridgeview Publishing Company, 1994.

²⁸ Sobre uma aplicação desta tese à imagem científica do mundo, ver Bas C. van Fraassen, “The Manifest Image and the Scientific Image”, em D. Aerts (org.), *Einstein Meets Magritte: The White Book – An Interdisciplinary Reflection*, Dordrecht, Kluwer, 1999, 29-52. A filosofia do próprio Quine é constantemente submetida ao fogo da crítica. Uma ilustração recente disso é o número especial da revista *Principia*, vol. 7, n.º 1-2, *Quine Symposium*, Florianópolis, 2003.

Ninguém mais do que Willard van Orman Quine contribuiu ao movimento de oposição à lógica modal; ninguém mais criticou a inteligibilidade do idioma modal e particularmente do essencialismo. Como empirista, Quine manifesta a mesma desconfiança tradicional em relação às modalidades, mas ele vai mais longe que Hume e Carnap para quem o lugar da necessidade está nas relações entre as idéias ou nas frases verdadeiras somente em virtude do significado das expressões que nelas aparecem. A necessidade não se encontra no mundo e a experiência nunca apresenta nada que seja necessário. Quine vai mais longe: não há frases ou proposições necessárias *tout court*. Sua genialidade consistiu em conseguir, precisamente, apresentar uma alternativa à tese de que há proposições *necessárias*, ou proposições verdadeiras, *não importa o que acontece*. Não haveria proposições verdadeiras somente em virtude de convenções, em oposição a proposições cuja verdade é devido a uma correspondência com fatos. O mesmo tipo de evidência é pressuposto na aceitação ou rejeição de uma proposição obviamente contingente e “ocasional” (como “está chovendo”) bem como na aceitação ou rejeição de uma lei da lógica, como o terceiro-excluído. A diferença reside na posição na teia de nossas crenças (o famoso “*web of beliefs*”), as frases “ocasionais” estando mais perto da evidência sensível do que as leis da física ou da lógica, mas a verdade de todas as frases dependeria em parte de convenções, em parte da evidência sensível.

A partir disso, Quine abraça o que parece ser uma saudável posição falibilista: não há nenhum enunciado imune a qualquer revisão empírica. Mas qual é a formulação exata da tese de Quine? Como Bob Hale viu claramente, Quine não está dizendo simplesmente que qualquer enunciado aceito em um

certo momento *será de fato* rejeitado (o que seria uma tese perfeitamente aceitável por um extensionalista); o que ele quer afirmar, certamente, é uma tese muito mais forte: não há nenhum enunciado que nós não *poderíamos* rejeitar se as circunstâncias forem apropriadas.²⁹ Se a própria tese de Quine contra a existência de enunciados necessários não pode ser formulada sem recorrer a modalidade do possível, e se a possibilidade é, portanto, inteligível para ele, devido à dualidade da possibilidade e da necessidade, a necessidade também deveria ser considerada inteligível e aceitável. O ceticismo em relação à necessidade pressupõe a possibilidade em termos da qual a necessidade é definida (ou pode ser definida). Além do mais, não parece muito claro que a contingência, por exemplo, pode ser definida sem recorrer à necessidade e a impossibilidade.

A filosofia de Quine tem duas vertentes principais: a naturalização do empirismo, e seu extensionalismo³⁰. Este proíbe o uso de operadores modais (aléticos, epistêmicos, temporais, deônticos, ilocucionários, etc.), e de verbos de atitudes proposicionais (“acreditar que P”, “desejar que P”, “ter a intenção de fazer com que P”, etc.) que não são verifuncionais e não autorizam certas operações lógicas como a substituição *salva veritate* de expressões co-referenciais e a generalização existencial. Esta última operação é importante, pois sua aplicação a uma função proposicional, numa teoria científica, determina em parte o comprometimento ontológico de quem aceita a teoria. Normalmente, numa linguagem extensional, $F(a) \vdash (\exists x) F(x)$ vale (i. é: de “a é F” segue logicamente que “existe pelo menos um x que é F”). Mas numa

²⁹ Ver Bob Hale, “Modality”, em B. Hale & C. Wright (orgs.), *A Companion to the Philosophy of Language*, Oxford, Blackwell, 1997, p. 487.

³⁰ Ver Roger F. Gibson, “Quine’s Philosophy: A Brief Sketch”, in L.E. Hahn & P.A. Schilpp (orgs.) *The Philosophy of W. V. Quine*, “The Library of Living Philosophers”, Chicago e La Salle, Open Court, 1986/98, 667-683.

linguagem intensional esta operação deixa de ser “segura” (isto é: de preservar a verdade das premissas). Assim, de “Ponce de Leon acredita que a Fonte de Juventude está na Flórida” não segue que “ $(\exists x)$ Ponce de Leon acredita que x está na Flórida”. Da mesma maneira, a substituição *salva veritate* de termos co-referenciais, $(a = b) \ \& \ \varphi(a) \ \vdash \ \varphi(b)$ – uma aplicação da indiscernabilidade dos idênticos de Leibniz – (i. é: “ $\varphi(b)$ ” segue de “ $(a = b)$ ” e “ $\varphi(a)$ ”), não funciona em contextos modais ou de atitudes proposicionais. Assim, seja “ $\varphi(a)$ ”, a frase “Édipo deseja casar com a Rainha de Tebas”, que podemos considerar verdadeira, e “ $(a = b)$ ” a identidade “A Rainha de Tebas é a mãe de Édipo”, também verdadeira, vemos facilmente que a conclusão “ $\varphi(b)$ ” não se segue (que Édipo deseja casar com sua mãe). Portanto, em contextos intensionais (quer dizer não-extensionais) a generalização existencial e a substituição *salva veritate* de termos co-referenciais não preservam a verdade das premissas. Para que a generalização existencial ou a substituição se apliquem, o termo deve estar em posição referencial, o que não acontece também em contextos modais. Assim, de “ $\Box 9 > 7$ ”, não segue “ $(\exists x) \Box x > 7$ ”, pois a variável ligada está no escopo do operador de necessidade; da mesma forma, de “ $\Box(9 > 7)$ ” e “ $9 = \text{o número dos planetas}$ ”, não segue “ $\Box (\text{o número dos planetas} > 7)$ ”, uma proposição falsa. Isso, para Quine, é um sério motivo para alimentar o ceticismo em relação às proposições necessárias em geral (proposições verdadeiras não importa o que acontece) e a distinção analítico-sintético. Mas, como Kripke observa, os escrúpulos de Quine aparecem bastante enfraquecidos, se considerarmos “9” como um designador rígido, e não como um termo cujo significado é determinado por uma descrição definida. O número 9 tem várias propriedades essenciais, como *ser o sucessor de 8* ou *ser divisível por 3*, mas a propriedade de *enumerar os*

planetas certamente não lhe é essencial. Mas, sobretudo, o primeiro e principal alvo de Quine aqui é o essencialismo, que corresponde ao maior “grau de envolvimento modal”: a necessidade *de re*.³¹ É aqui que devemos relembrar o matemático-ciclista excêntrico de Quine.³² Enquanto matemático, nosso excêntrico é necessariamente racional e acidentalmente bípede, e enquanto ciclista, ele é necessariamente bípede e acidentalmente racional... Como a mesma pessoa pode ser necessariamente e acidentalmente racional (ou bípede)? Quine tira disso a conclusão de que certos atributos são “importantes” ou relativamente permanentes, dependendo da maneira como referimos às coisas, enquanto outros não o são; para ele, os atributos das coisas não podem ser divididos em necessários e contingentes *independentemente da maneira como elas são descritas*.

O remédio proposto por Quine é daqueles que podem matar o paciente: proibir a quantificação em contextos modais ou não extensionais.³³ Como Føllesdal observa, nós deveríamos abandonar a tarefa de elaborar teorias da causação, dos contrafactuais, das probabilidades, da preferência, do conhecimento ou da crença justificada, da ação, do dever, da responsabilidade, do direito, etc. Essas teorias parecem requerer a quantificação dentro de contextos não extensionais (no escopo de um operador modal ou de atitude).³⁴

³¹ W.v. Quine, “Three Grades of Modal Involvement” (1953), em *The Ways of Paradox and Other Essays*, Nova Iorque, Random House, 1966.

³² Ver *Word & Object*, Cambridge (MA), MIT Press, 1960, p. 199.

³³ Quine, *ibid.*, p. 166: “... there can be no cross-reference from inside an opaque construction to a ‘such that’ outside. (...) this says that *no variable inside an opaque construction is bound by an operator outside*. You cannot quantify into an opaque construction.” (Em itálico no texto).

³⁴ Ver Dagfinn Føllesdal, “Essentialism and Reference”, em L. E. Hahn & P. A. Schilpp, *The Philosophy of W.V. Quine*, The Library of Living Philosophers, Vol. XVIII, Chicago & La Salle, Open Court, 1986/1998, pp.97-113; ver em particular p. 101.

As razões oferecidas por Quine para desconfiar das construções modais têm a ver com sua concepção da gramática, e em particular da importância de separar cuidadosamente o que pertence às coisas e o que pertence a nossa maneira de falar sobre elas, um assunto muito interessante, mas que nos afastaria de nosso principal alvo. Mas podemos oferecer uma boa razão de aceitar a necessidade *in re*. Aristóteles e Tomás de Aquino já mostraram que certos argumentos intuitivamente válidos envolvem a necessidade ou possibilidade *de re*, o que, *prima facie*, parece falar a favor do valor da distinção *de re/de dicto* para as modalidades aléticas.³⁵ Seja o seguinte raciocínio intuitivamente válido:

5. Todos os golfinhos são necessariamente mamíferos;
6. Todos os animais nesta piscina são golfinhos;

7. Todos os animais nesta piscina são necessariamente mamíferos.

Um lógico modal vai contrastar 7. com 7*, a saber:

- 7* Necessariamente, todos os animais nesta piscina são mamíferos.

7. é verdadeira e atribui uma propriedade modal *de re*, enquanto 7* é falsa e atribui uma propriedade modal *de dicto*. Quem não quer reconhecer o valor da distinção *de re/de dicto* enfrentará a dificuldade de justificar a validade intuitiva deste argumento. Isso parece uma boa razão de aceitar o valor da distinção. Além disso, Quine pretende que as modalidades *de re* correspondem a um “grau de envolvimento modal” muito maior do que as modalidades *de*

³⁵ Sobre isso, ver Plantinga (1974/1982), op. cit., pp. 10-11.

dicto, algo mais comprometedor, mais obscuro e certamente ainda mais inaceitável para Quine. Mas podemos “virar a mesa” e mostrar que as modalidades *de dicto* podem ser reconstruídas como um caso especial de modalidade *de re*.³⁶ Podemos dizer que uma proposição é necessariamente verdadeira se e somente se a proposição em questão tem a propriedade modal (*de re*) de ser verdadeira essencialmente.

Quanto ao matemático-ciclista de Quine, e à afirmação de que a atribuição de uma propriedade essencial depende da maneira como o objeto é descrito, a seguinte resposta é plausível: a tese essencialista é, em primeiro lugar, a tese de que *objetos* têm algumas de suas propriedades essencialmente, o que significa que eles não podem deixar de possuir essas propriedades sem deixar de ser o que eles são. Este é, como poderíamos chamá-lo, o *essencialismo de primeira ordem* em oposição ao *essencialismo de segunda ordem* que diz respeito *às espécies*. Intuitivamente, um matemático, digamos Georg Cantor, pode perder momentaneamente a razão, ser internado num manicômio, e continuar a ser Georg Cantor; e Lance Armstrong, seis vezes vencedor do *Tour de France*, poderia perder uma perna e continuar a ser Lance Armstrong. Ser (minimamente) racional é essencial para um matemático *enquanto* matemático, e ser bípede é essencial para um ciclista *enquanto* ciclista. Mas aqui há uma confusão entre o que é essencial a um indivíduo (primeira ordem) e o que é essencial a uma espécie (segunda ordem). As baleias são essencialmente mamíferas, e uma baleia individual não poderia deixar de ser um mamífero sem deixar de ser uma baleia. Mas é assim porque qualquer coisa que instancia a propriedade de ser uma baleia instancia necessariamente a propriedade de ser um mamífero. Isso independe das

³⁶ Sobre isso, ver Plantinga (1974/1982), p. 28 e p. 42.

convenções ou da maneira como o objeto é descrito. Como Stalnaker afirma, não se vê muito bem como poderia depender de convenções o fato de que, necessariamente, todos os tios são machos, ou o fato de que Lance Armstrong é necessariamente humano.³⁷

Finalmente, qual seria a alternativa ao “essencialismo aristotélico” criticado por Quine, a alternativa *anti-essencialista* mais interessante? A teoria alternativa, normalmente preferida pelos empiristas é a teoria do feixe (*bundle theory*), na versão realista ou na versão dos “tropos”. Na versão realista mais comum, a teoria é muito problemática. Os críticos, como Ruth Barcan Marcus, não tiveram dificuldades em mostrar que esta versão da teoria pressupõe um princípio geralmente considerado falso, a Identidade dos Indiscerníveis (favor não confundir com a Indiscernibilidade dos Idênticos, geralmente aceito). Não tem nada de errado, pelo contrário, na idéia de réplicas moleculares perfeitas ou *Doppelgängers* compartilhando todas as suas propriedades (intrínsecas), sendo qualitativamente idênticos apesar de numericamente distintos. Portanto, a teoria do feixe, nesta versão, não é satisfatória como concepção da individuação dos particulares. Quanto à teoria dos tropos, mais recente, a questão pode ser considerada ainda em aberto e a noção pode se revelar útil. Os tropos são uma exemplificação particular no espaço e no tempo de um universal, cada exemplificação sendo distinta das outras (o vermelho do tapete é distinto do vermelho da cortina, pois não ocupa o mesmo espaço). Talvez o grande debate seja entre os partidários da teoria do feixe e os partidários da teoria do *substratum*, o suposto portador das propriedades essenciais e acidentais. Mas o que é este *substratum* “simples” ou “puro”? É mesmo necessário postular um? Esse debate deve ser mencionado aqui mas não pode

³⁷ Ver Stalnaker, “Modalities and Possible Worlds”, *op. cit.*, p. 333.

ser considerado. Nenhuma dessas teorias metafísicas, na verdade, parece muito recomendável. Obrigatoriamente, nosso ponto de partida é sempre o mesmo: os *objetos ordinários*, que vemos e tocamos cotidianamente; *depois* temos o direito, como mostrou Kripke, de perguntar de um tal objeto (por exemplo apontando para ele) se ele poderia ter sido diferente e sob que aspectos.³⁸

4. A Variedade de Propriedades Essenciais. Conclusão

Vimos que os essencialistas estão interessados em propriedades essenciais não triviais, e não em propriedades que todos os objetos têm necessariamente, como a auto-identidade, a existência, ou a propriedade de *ser um professor ou um não-professor*, etc. Entre elas encontramos as propriedades essenciais relativas às origens, à constituição material, à estrutura interna típica de uma espécie natural e à propriedade essencial de pertencer a um conjunto ou a uma espécie natural.

Kripke ataca a questão da *essencialidade das origens* em *Naming and Necessity*, particularmente na terceira conferência. O óvulo e o espermatozóide formam um zigoto, uma célula que contém todo o material genético a partir do qual um ser humano, por exemplo, se desenvolve. Se eu não tivesse tido Emilien e Rita como pais biológicos, eu não seria idêntico a André, o autor destas linhas. Mais precisamente, é essencial para qualquer ser humano de originar-se de um óvulo particular e de um espermatozóide particular. *Possuir tal e tal código genético* pode ser considerado, portanto, como uma propriedade essencial de qualquer ser vivo. Mas a tese da

³⁸ Sobre isso, ver *Naming and Necessity*, final da primeira conferência.

essencialidade da origem vai mais longe e envolve também a substância da qual algo é feito. Será que a mesa sobre a qual estou trabalhando agora poderia ter sido de metal, ou provir de outro pedaço de madeira? Se a identidade é sempre necessária, como pensa Kripke, também a distinção o é; se **a** e **b** são idênticos, então eles são necessariamente idênticos, e se $a \neq b$, então é necessariamente assim. Se a minha mesa, M, provém de uma peça de madeira A, e se N, uma outra mesa, provém de uma outra peça de madeira B, então, neste caso, necessariamente $M \neq N$, e mesmo se somente M tivesse sido fabricada, nós não poderíamos dizer corretamente *desta mesa* que ela poderia ter sido fabricada a partir de B. Não só a origem, mas também a substância da qual um objeto é feito ou sua textura lhes parecem essenciais. Fiz um teste com várias pessoas e o resultado é invariável: todos concordam para dizer que *ser frio* é uma propriedade essencial de um picolé!

Kit Fine e David Wiggins observaram que é essencial para um conjunto de ser um conjunto, e que pertencer a uma espécie é também uma propriedade essencial. Assim, um número é um número essencialmente, e *ser membro da espécie natural tigre* é uma propriedade essencial de qualquer tigre individual. Da mesma forma, Lance Armstrong é essencialmente humano, Skippy é essencialmente um canguru, e Free Willy, essencialmente uma baleia. Aparentemente, a tese da essencialidade da pertinência a uma espécie natural, no caso dos seres vivos, tem algo a ver com a essencialidade da origem: a pertinência a uma espécie natural viva depende do código genético possuído pelo indivíduo.

Podemos aqui distinguir, seguindo Chisholm, uma outra forma de essencialismo: o essencialismo mereológico. Um todo não seria o todo que ele

é se qualquer uma de suas partes fosse diferente. Noutras palavras, ter cada uma de suas partes é essencial a um todo.³⁹

Kripke e Putnam abriram o caminho para uma corrente hoje importante em filosofia das ciências: o essencialismo científico.⁴⁰ É a estrutura interna de uma substância que determina sua identidade, e não suas características fenomenais, sua aparência superficial ou seus “estereótipos” como diz Putnam. O ouro é um elemento com número atômico 79, e isso lhe é essencial; o ouro dos trouxas (pirita de ferro) tem a mesma aparência mas corresponde a uma substância totalmente diferente, como, também, a jadeita e a nefrita, minerais de aparências muito semelhantes, mas com uma estrutura interna bem distinta. Portanto, o que determina a identidade da substância é sua estrutura interna, não seus estereótipos. Por isso o líquido que costumamos chamar de “água” é essencialmente H₂O. Podemos definir a água como uma substância que tem a mesma estrutura interna que *isto* (apontando para uma certa quantidade de água). Assim, qualquer outra substância no universo com a mesma aparência mas com outra estrutura interna não é água. (Chamamos de “água pesada” um composto de dois átomos de deutério por um de oxigênio (D₂O), mas isso é outro debate). A tarefa da ciência, de acordo com o essencialismo científico, é identificar as espécies naturais e descobrir as essências ou propriedades essenciais que determinam as leis da natureza. Se “água” e “H₂O” são designadores rígidos, então a identidade científica “água = H₂O” expressa uma proposição necessária e *a posteriori*, pois desde *Naming and Necessity*, a necessidade não é mais do domínio exclusivo do *a priori*. Os cientistas devem identificar propriedades disposicionais essenciais

³⁹ Roderick M. Chisholm, *Person and Object. A Metaphysical Study*, La Salle (Ill.), Open Court, 1876, p. 96.

⁴⁰ Ver Kripke (1972), Putnam (1975) e Brian Ellis (1998).

dos objetos e processos que necessariamente determinam certos efeitos quando certas circunstâncias são reunidas. As leis da natureza não são mais, nesta perspectiva, enunciados sintéticos descrevendo regularidades observadas, mas sim enunciados necessários *a posteriori* envolvendo uma necessidade metafísica. A forma lógica de uma lei da natureza, segundo Brian Ellis, poderia ser: “Para qualquer x, necessariamente, se x tem P, e x está em circunstâncias do tipo C, então x manifestará um efeito do tipo E”. Note que o operador de necessidade está aqui no escopo do quantificador, e portanto numa posição *de re*. As leis não são impostas ou aplicadas ao mundo natural; elas são imanentes aos objetos e processos. O mundo de um essencialista é muito diferente do mundo de Hume, Goodman e dos empiristas em geral. O mundo do essencialista não é um mundo de objetos, processos e fatos desconexos no qual todo pode acontecer que não é contraditório. O essencialista pode oferecer, seguindo este caminho, uma explicação plausível da uniformidade da natureza: nem todo pode acontecer, pois as coisas e processos têm propriedades essenciais determinando poderes causais e leis causais necessárias. Como e se conseguimos realmente conhecer essas propriedades essenciais e essas leis necessárias é uma grande questão epistemológica que não abordarei aqui.⁴¹ Basta dizer que nossa capacidade de imaginar que as coisas poderiam ter sido de outro modo, ou nossa incapacidade de fazê-lo, não podem ser consideradas como guias absolutamente seguros de que uma propriedade é acidental ou essencial, respectivamente.

⁴¹ Mas devo recomendar a leitura do capítulo 3 do último livro de Robert Nozick, *Invariances* (2001), intitulado “Necessity and Contingency” no qual a questão da epistemologia da necessidade é abordada explicitamente.

Acredito ter mostrado que, apesar das dificuldades que, aliás, afetam todos os programas de pesquisa em filosofia, o essencialismo metafísico não é um programa degenerescente e possui recursos para superar pelo menos uma parte de seus problemas.⁴²

⁴² Quero agradecer meu colega o Prof. Dr. Giovanni da Silva de Queiroz que leu este texto e sugeriu várias modificações valiosas.

BIBLIOGRAFIA

Alvin Plantinga, *The Nature of Necessity*, Oxford, Clarendon Press, 1974/1982.

-----, “Essence and Essentialism”, em Kim & Sosa (orgs.), *A Companion to Metaphysics*, 138-140.

-----, “Actualism and Possible Worlds”, *Theoria*, 42 (1976) 139-160; também em M. Loux (org.), *Metaphysics. Contemporary Readings*, 168-187.

Bas C. van Fraassen, “The Manifest Image and the Scientific Image”, em D. Aerts (org.), *Einstein Meets Magritte: The White Book – An Interdisciplinary Reflection*, Dordrecht, Kluwer, 1999, 29-52.

Bob Hale & Crispin Wright (orgs.), *A Companion to the Philosophy of Language*, Oxford, Blackwell, 1997.

Bob Hale, “Modality”, em B. Hale & C. Wright (orgs.), *A Companion to the Philosophy of Language*, 487-514.

Brian Chellas, *Modal Logic: An Introduction*, Cambridge, C.U.P., 1980.

Brian Ellis, “An Essentialist Perspective on the Problem of Induction”, em *Principia. Revista Internacional de Epistemologia*, Vol. 2, n. 1, junho 1998, 103-124.

Christopher Menzel, em “Actualism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, Edição primavera 2003, organizada por Edward N. Zalta, URL=
<http://plato.stanford.edu/archives/spr2003/entries/actualism/>.

Colin McGinn, *Logical Properties*, Oxford, Clarendon Press, 2000.

Dagfinn Føllesdal, “Essentialism and Reference”, em L. E. Hahn & P. A. Schilpp (orgs.), *The Philosophy of W.V. Quine*, The Library of Living Philosophers, Vol. XVIII, Chicago & La Salle, Open Court, 1986/1998, 97-113.

D. Jacquette (org.), *A Companion to Philosophical Logic*, Oxford, Blackwell, 2002.

D. Kaplan, “On the Logic of Demonstratives” (1979), *Journal of Philosophical Logic* 8, 81-98; também em N. Salmon & S. Soames (orgs.), *Propositions and Attitudes*, Oxford, O.U.P., 1988, 66-82.

David Lewis, “Possible Worlds”, em M. Loux (org.), *Metaphysics. Contemporary Readings*, Londres, Routledge, 2001, p. 160. Extraído de *Counterfactuals* (1973) de Lewis, Cambridge (MA), Harvard University Press.

-----, *On the Plurality of Worlds*, Oxford, Blackwell, 1986.

D.H. Mellor & A. Oliver (orgs.) *Properties*, Oxford (Oxford Readings in Philosophy), 1997.

D. Wiggins, *Sameness and Substance*, Cambridge (MA), Harvard University Press, 1980.

G.E. Hugues & M.J. Cresswell, *An Introduction to Modal Logic*, Londres, Methuen, 1968.

-----, *A New Introduction to Modal Logic*, Londres, Routledge, 1996.

Gerhard Schurz, “Alethic Modal Logic and Semantics”, em D. Jacquette (org.), *A Companion to Philosophical Logic*, 442-477.

G.W. Leibniz, *Essais de Théodicée* (1710), Paris, Garnier-Flammarion, 1969.

Graeme Forbes, “Essencialism”, em B. Hale e C. Wright (orgs.) *A Companion to the Philosophy of Language*, 515-533.

-----, *The Metaphysics of Modality*, Oxford, Clarendon, 1985.

Gyula Klima, “Contemporary ‘Essentialism’ Vs. Aristotelian Essentialism”, URL: <http://www.fordham.edu/gsas/phil/klima/ESSENTIALISM.HTM>.

Hilary Kornblith, *Inductive Inference and Its Natural Ground. An Essay in Naturalistic Epistemology*, Cambridge (MA), MIT Press, 1995.

Hilary Putnam, “The Meaning of ‘Meaning’”, em K. Gunderson (org.), *Language, Mind and Knowledge*, vol. VII dos *Minnesota Studies in the Philosophy of Science*, University of Minnesota Press, 131-193. Também em A. Pessin & S. Goldberg (orgs.), *The Twin Earth Chronicles*, Armonk (NY), M.E. Sharpe, 1996, 3-52.

J. Kim & E. Sosa (orgs.), *A Companion to Metaphysics*, Oxford, Blackwell, 1995.

James van Cleve, “Essence/Accident”, em J. Kim & E. Sosa (orgs.) *A Companion to Metaphysics*, 136-138.

Josailton Fernandes de Mendonça, *Semântica, Metafísica das Modalidades e Propriedades Essenciais*, dissertação de mestrado defendida em 1999 na Universidade Federal da Paraíba sob a orientação do prof. Dr. André Leclerc.

Kit Fine, “The Concept of Essence”, em J.E. Tomberlin (org.), *Philosophical Perspectives*, Vol. 8, Atascadero, Ridgeview Publishing Company, 1994.

L.E. Hahn & P.A. Schilpp (orgs.) *The Philosophy of W. V. Quine*, “The Library of Living Philosophers”, Chicago e La Salle, Open Court, 1986/98.

L. Linsky (org.), *Reference and Modality*, Oxford, O.U.P., 1971.

L. Wittgenstein, *Tractatus logico-philosophicus* (1921/1922), trad. L.H. Lopes dos Santos, São Paulo, EDUSP, 1994.

-----, *Investigações Filosóficas*, Petrópolis, Vozes, 1994.

M. Loux, *Metaphysics. Contemporary Readings*, Londres, Routledge, 2001.

Principia. Revista Internacional de Epistemologia, Vol. 7, N.º 1-2, *Quine Symposium*, Florianópolis, 2003.

R. Nozick, *Invariances. The Structure of the Objective World*, Cambridge (MA), The Belknap Press of Harvard University Press, 2001.

R. Stalnaker, *Context and Content*, Oxford, O.U.P., 1999.

-----, “Modalities and Possible Worlds”, em Kim & Sosa, *A Companion to Metaphysics*, 333-337.

-----, “Reference and Necessity”, em B. Hale & C. Wright, *A Companion to the Philosophy of Language*, 534-554.

Roderick M. Chisholm, *Person and Object. A Metaphysical Study*, La Salle, Open Court, 1976.

Roger F. Gibson, “Quine’s Philosophy: A Brief Sketch”, in L.E. Hahn & P.A. Schilpp (orgs.) *The Philosophy of W. V. Quine*, “The Library of Living Philosophers”, Chicago e La Salle, Open Court, 1986/98, 667-683.

Rudolf Carnap, *Meaning and Necessity* (1947/56), Chicago, University of Chicago Press.

Ruth Barcan Marcus, "Modal Logic", em Raymond Klibansky (org.), *Contemporary Philosophy: A Survey*. Vol. I, Logic and Foundations of Mathematics, Florence, La nuova Italia, 1968, 87-101.

-----, *Modalities. Philosophical Essays*, Oxford, O.U.P., 1993.

Saul Kripke, *Naming and Necessity* (1972/1980), Cambridge (MA), Harvard University Press, 1980; também na excelente trad. francesa de P. Jacob e F. Recanati, *La Logique des noms propres*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1982.

-----, "Identity and Necessity" de Kripke, em M. K. Munitz (org.), *Identity and Individuation*, New York University Press, 1971; também em M. Loux (org.) *Metaphysics. Contemporary Readings*, 218-247.

-----, "Semantical Considerations on Modal Logic", *Acta Philosophica Fennica* **16**, 83-94. Também em Linsky, 1971.

S.G Williams, "Existence", em Kim & Sosa (orgs.), *A Companion to Metaphysics*, 145-150.

W.v. Quine, "Three Grades of Modal Involvement" (1953), em *The Ways of Paradox and Other Essays*, Nova Iorque, Random House, 1966.

-----, *Word & Object*, Cambridge (MA), MIT Press, 1960.

-----, "Quantifiers and Propositional Attitudes", *Journal of Philosophy* **53**, 177-187; também em Linsky 1971.